

RECLAMAÇÃO Nº 39.381 - RN (2019/0353500-9)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECLAMANTE : ANTONIO EDILTON QUEIROZ
RECLAMANTE : ANTONIO EDILTON QUEIROZ
ADVOGADOS : JOSÉ ANSELMO DE CARVALHO JÚNIOR - RN003703
ANDERSON ARAÚJO GALLIZA - RN006762
FRANCISCO CANINDE MAIA - RN007832
RECLAMADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5ª REGIÃO
INTERES. : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de reclamação ajuizada por **Antonio Edilton Queiroz**, com fundamento nos arts. 105, I, *f*, da CF/88; e 988, II, do CPC/2015, almejando ver assegurada a prevalência da autoridade da decisão monocrática proferida no âmbito do **REsp 1.803.586/RN**, de lavra deste relator.

Sustenta a parte reclamante que, "*embora seja cristalina a decisão do STJ quanto à fixação dos honorários com base no § 3º do art. 85 do CPC, o e. TRF-5 fixou honorários com fundamento no § 8º do art. 85*" (fl. 6).

Ao final, pugna pela procedência da reclamação, com a cassação da decisão reclamada, "*a fim de fixar os honorários conforme estatuído na decisão desafiada, isto é, conforme ao § 3º do art. 85 do CPC na presente causa*" (fl. 7).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Anote-se, à saída, que, a despeito de constar da folha de rosto "Reclamação com pedido de liminar", o reclamante, em momento algum do petitório (cf fls. 3/7), formula pleito fincado nos arts. 294 e ss do CPC/2015. Assim, em verdade, **não** há pedido liminar a ser decidido.

Passo seguinte, o compulsar dos autos eletrônicos do **REsp 1.803.586/RN**, em que prolatada a decisão alegadamente descumprida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (fls. 21/24), revela que a parte reclamante opusera embargos à execução fiscal, os quais foram parcialmente providos para, unicamente, reconhecer a impenhorabilidade de bem imóvel constrito e, por conseguinte, determinar o levantamento da penhora. A *r. sentença*,

ainda, assinalou que *"a apreciação das demais alegações formuladas na inicial fica prejudicada ante a ausência de garantia do juízo, sem prejuízo da interposição de novos embargos com a mesma matéria de defesa, caso haja futura penhora que garanta a dívida"* (fl. 1.299 do caderno eletrônico do **REsp 1.803.586/RN**).

Interposta apelação, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região deu-lhe parcial provimento apenas para condenar a Fazenda ao pagamento de honorários advocatícios, na seguinte conformidade (fls. 1.924/1.925 do caderno eletrônico do **REsp 1.803.586/RN**):

Quanto aos honorários advocatícios, entende-se que a parte recorrente precisou interpor embargos à execução para o reconhecimento da impenhorabilidade do bem, não se podendo tomar como justificativa para a não condenação ao pagamento da citada verba, a possibilidade do executado ter suscitado a questão em exceção de pré-executividade.

[...]

Dessa forma, considerando que a presente ação foi ajuizada na vigência do CPC/1973, devem ser aplicadas as normas ali previstas e não o art. 85 do CPC/2015. Em sendo assim, levando-se em consideração o disposto no art. 20, §§ 3º e 4º, do CPC/1973, fixa-se a verba honorária em R\$ 1.000,00 (mil reais), em favor da recorrente.

No recurso especial, o reclamante visava, por um lado, fosse dado seguimento aos embargos à execução, apontando, para tanto, violação ao art. 16 da Lei 6.830/80; e, lado outro, que os honorários advocatícios fossem estabelecidos com base no art. 85 do CPC/2015 (cf fls. 1.984/2.009).

A decisão indicada como descumprida deu parcial provimento ao recurso especial, assinalando que: (i) o acórdão recorrido se mostra alinhado ao posicionamento do STJ, relativamente à necessidade de garantia do juízo para o processamento dos embargos à execução; e (ii) *"publicada a sentença dos presentes autos na vigência do CPC/15, os critérios aplicáveis para a fixação dos honorários advocatícios devem ser os estatuídos no art. 85 do Novo Código"* (fl. 20). O dispositivo do referido *decisum* restou assim plasmado: *"dou parcial provimento ao recurso especial, em ordem a determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem para que proceda à fixação dos honorários advocatícios com base nos parâmetros estabelecidos pelo art. 85, § 3º, do CPC/2015"*

(fl. 20).

O *decisum*, assim proferido no **REsp 1.803.586/RN**, embora padecendo de erro material em sua parte dispositiva (indevida menção ao § 3º do art. 85 do CPC/15), transitou em julgado em 27/6/2019 (fl. 2.066 do respectivo caderno eletrônico processual).

Remetidos os autos ao Tribunal de origem, foi proferido novo acórdão, agora nos seguintes termos (fls. 21/22):

Quanto aos honorários advocatícios, o acórdão explicitou que a parte recorrente precisou interpor embargos à execução para o reconhecimento da impenhorabilidade do bem, não se podendo tomar como justificativa para a não condenação ao pagamento da citada verba, a possibilidade do executado ter suscitado a questão em exceção de pré-executividade.

De fato, a jurisprudência da Segunda Turma do TRF 5ª Região vinha perfilhando entendimento no sentido de que a fixação dos honorários advocatícios devia observar a legislação vigente ao tempo do ajuizamento da demanda. No entanto, o STJ pacificou a questão, assentando que o marco temporal para a aplicação das normas do CPC/2015 a respeito da fixação e distribuição dos ônus sucumbenciais é a data da prolação da sentença ou, no caso dos feitos de competência originária dos tribunais, do ato jurisdicional equivalente à sentença. Precedentes: AgInt nos EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 253.475/RS, Rel. Ministro Lázaro Guimarães, Quarta Turma, julgado em 14/08/2018, DJe 21/08/2018; EDcl no REsp 1.645.719/RJ, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 22/05/2018, DJe 30/05/2018; AgInt no REsp 1343379 / SC, rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe DJe 27/06/2019.

O Pleno desta Corte, em julgado (AR 0808203-43.2017.4.05.0000, Rel. Des. Federal Edilson Nobre, j. 20/06/2018), assentou que, em demandas com elevado valor da causa, como é a hipótese em apreço (R\$ 2.962.454,53), os honorários advocatícios devem ser arbitrados com base no art. 85, §8º, do CPC, em respeito aos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade, observando-se, é claro, os critérios previstos no art. 85, §2º, incisos I a IV, do mesmo diploma legal. Cabe, portanto, ao intérprete, em respeito aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da igualdade e da vedação ao enriquecimento sem causa, e até mesmo por uma questão de justiça, extrair do sistema a norma ou interpretação que assegure, a um só tempo: a) ao advogado do vencedor, o direito ao pagamento de honorários em patamar compatível com a

atividade desenvolvida no processo; b) ao vencido, a não obrigação de arcar com o pagamento de verba honorária manifestamente desproporcional ao trabalho realizado pelo advogado da parte adversa.

Nesses casos, portanto, deve ser utilizado o mesmo critério que resguarda o direito à obtenção dos honorários por apreciação equitativa em causas que apresentem valor inestimável ou irrisório o proveito econômico ou for muito baixo o valor da causa (parágrafo 8º do art. 85).

Assim, levando-se em consideração a complexidade da causa e o princípio da razoabilidade, faz-se razoável a fixação dos honorários advocatícios em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na forma do art. 85, §§2º e 8º, do CPC.

Diante do exposto, exercendo o Juízo de retratação, para fixar os honorários advocatícios em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), mantendo-se o parcial provimento à apelação.

Pois bem.

Assim delineado o panorama processual dos autos em que proferida a decisão tida por descumprida pela Corte de origem, tenho que a pretensão do reclamante **não** merece acolhida.

De fato, a despeito de no dispositivo da monocrática proferida no **REsp 1.803.586/RN** haver constado o § 3º do art. 85 do CPC/2015, certo é que o acórdão que se objetivava reformar com o recurso especial houvera decidido a questão relativa aos honorários sucumbenciais devidos pela Fazenda, mediante a aplicação dos regramentos do CPC/73, tendo rejeitado, de forma genérica, a aplicação dos novos parâmetros trazidos pelo art. 85 do CPC/15, na perspectiva de que os embargos do devedor haviam sido manejados quando ainda vigente o CPC/73. Noutros termos, a Corte regional não chegou a emprestar exegese qualquer ao art. 85 do CPC/15, porque simplesmente descartou aplicá-lo no caso concreto.

Assim, nesse particular, a questão controvertida devolvida ao STJ pelo recurso especial cingira-se a definir qual o diploma processual haveria de ser aplicado no tocante à condenação em honorários: se o CPC/73 ou o CPC/2015.

E não poderia mesmo ser diferente, haja vista que o especial apelo, por exigência constitucional (v. art. 105, III, da CF), demanda que a questão tenha sido decidida

pela Corte *a quo*, o que, como visto, em relação a qual ou quais parágrafos do art. 85 do CPC/2015 seriam aplicáveis, não integrou a esfera de valoração jurídica contida no acórdão regional.

Nessa intelecção, tem-se que a *ratio decidendi* da decisão do STJ, alegadamente afrontada, foi simplesmente a de que, tal como constou de sua fundamentação, "*publicada a sentença dos presentes autos na vigência do CPC/15, os critérios aplicáveis para a fixação dos honorários advocatícios devem ser os estatuídos no art. 85 do Novo Código*", sem indicação do correspondente parágrafo ou parágrafos que haveriam de ser aplicados pelo Tribunal de origem, como, de forma equivocada (erro material), acabou por constar de sua parte dispositiva.

No caso, considerando que houve novo julgamento pelo Tribunal *a quo*, desta feita com a fixação dos honorários advocatícios à luz dos parâmetros do art. 85 do CPC/2015 (fls. 21/24), é de se concluir que **não** houve desrespeito à decisão proferida no **REsp 1.803.586/RN**.

Ressalte-se, por fim, que nada obsta a que a parte reclamante, a tempo e modo, avie os recursos que entender cabíveis contra o acórdão reclamado de fls. 21/24.

ANTE O EXPOSTO, indefiro a presente reclamação.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator